

20 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CNJ prorroga investigação sobre Clayton Camargo

Órgão tem mais 90 dias para apurar caso de evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prorrogou anteontem, por mais 90 dias, o processo administrativo disciplinar contra o ex-presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná Clayton Coutinho de Camargo. O desembargador é investigado por evolução patrimonial incompatível com as funções de magistrado, em ação que corre sob sigilo de Justiça. O pedido foi feito pelo relator do caso, Paulo Teixeira, e também inclui a manutenção do afastamento de Camargo de suas funções.

O caso foi aberto em outubro de 2013, a partir de um relatório feito pelo então corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão. Segundo a assessoria de imprensa do CNJ, Teixeira levou a questão de ordem ao plenário pelo fato de não ter conseguido fi-

nalizar a investigação no prazo regulamentar, isto é, de 140 dias. Esse foi o segundo adiamento proposto pelo relator - o primeiro ocorreu em agosto -, sendo que não há um limite de prorrogações.

Com isso, o magistrado continua recebendo a remuneração integral, de R\$ 26,5 mil, até a conclusão da análise, entretanto, segue impedido de utilizar seu local de trabalho, bem como de usufruir das prerrogativas do cargo. Entre as questões investigadas pelo Conselho estão denúncias de vendas de sentença, corrupção passiva, crimes tributários e lavagem de dinheiro.

O CNJ confirmou, por outro lado, o arquivamento sumário de outro processo envolvendo o desembargador, relativo ao suposto tráfico de influência na eleição de seu filho, o ex-deputado estadual Fabio Camargo, ao posto de conselheiro do Tribunal de

Contas (TC), em processo conduzido pela Assembleia Legislativa (AL). A decisão foi tomada no dia 20 de outubro, pela corregedora nacional de Justiça, Nancy Andrighi. "Diante da ausência de elementos aptos a viabilizar a compreensão das alegações deduzidas pelo requerente, não é possível a apreciação deste pedido de providências", escreveu a ministra.

Procurado pela FOLHA, o advogado Cesar Franceschi, que representa Clayton Camargo, disse que, a pedido de seu cliente, não comentaria nenhuma das decisões. "A orientação dele é para que a gente não faça qualquer consideração, porque corre em sigilo. A postura é não noticiar absolutamente nada. Nos manifestamos apenas nos autos, acompanhando os procedimentos". Já o advogado de Fabio Camargo, Igor Tamasauskas, lembrou que o ex-parlamentar não é parte do procedimento em questão. No entanto, frisou que o arquivamento mostra a inexistência de vício no processo de escolha dele. "Isso vai ser provado na Justiça".

**Processo relativo a tráfico
de influência na eleição
de Fabio Camargo foi arquivado**

20 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

AL desautoriza STJ; AP contra Beto Richa deve ser arquivada

Votação aconteceu em duas
sessões extraordinárias a
portas fechadas; cinco petistas
se posicionaram contra parecer
Ex-chefe do setor de
finanças teria confessado
o desvio de verbas

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - A Assembleia Legislativa (AL) do Paraná aprovou ontem o parecer do líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), que desautoriza o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a dar prosseguimento à Ação Penal (AP) 687, referente ao suposto uso irregular de recursos da saúde pelo governador do Estado, Beto Richa (PSDB), na época em que ele era prefeito de Curitiba. A votação aconteceu em duas sessões extraordinárias a portas fechadas, com a justificativa de se tratar de um processo em segredo de Justiça. Com isso, as investigações só poderão continuar quando Beto sair do Palácio Iguazu, perdendo assim o foro privilegiado. Neste caso, não haveria prescrição.

A imprensa foi autorizada a entrar no plenário apenas às 11h05, uma hora após o início da votação. Apesar do sigilo,

inédito na Casa desde a redemocratização, o resultado foi registrado no painel eletrônico e, instantes depois, apareceu normalmente no Portal da Transparência da AL. No segundo turno, foram 40 votos pelo arquivamento, cinco contrários, dos parlamentares petistas Elton Welter, Enio Verri, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello e Tadeu Veneri, e uma abstenção, de Toninho Wandscheer (PT).

A denúncia, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2011, corresponde ao período de 14 de novembro de 2006 a 31 de dezembro de 2008, relativo à primeira gestão do tucano à frente da prefeitura da capital. Conforme consta nos autos, o MPF apura se ele empregou de forma irregular R\$ 100 mil recebidos de um convênio com o Fundo Nacional de Saúde. Segundo Traiano, os fatos narrados na denúncia não responsabilizam o governador, "até porque o valor foi devolvido à União e todas as providências cabíveis foram tomadas à época".

Líder do PT, Veneri criticou, por outro lado, o "excesso de mistério" em torno do processo. "Primeiro porque esse processo estava aqui há dois anos, aguardando que o presidente (da AL, Valdir Rossoni, do PSDB) colocasse em votação", afirmou. "Segundo, me parece desnecessário falar em sigilo quando o próprio governo manda uma nota à imprensa com algumas inconfiáveis que nem nós tínhamos conhecimento na íntegra".

Na nota citada por Veneri, o Palácio Iguazu informou que o governador abriu mão do sigilo e que o segredo de Justiça foi decretado a partir de um pedido do MPF, sem qualquer interferência dele. Disse, ainda, que o dinheiro seria destinado à reforma de três unidades de saúde. Como a administração concluiu que havia também a necessidade de ampliação das unidades, teria optado por realizar as obras com recursos próprios.

CONTINUA

20 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Os valores conveniados foram integralmente restituídos à União Federal, com os devidos acréscimos legais”, diz trecho do documento. A devolução foi atestada por um parecer da divisão de convênios e gestão da pasta, emitido em janeiro de 2009.

Beto argumentou que não era o coordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde e que, por isso, “não pode ser responsabilizado pessoalmente pelos créditos e débitos efetuados na conta do convênio em questão”. A responsável pela movimentação, segundo o chefe do Executivo, era a ex-chefe do setor de finanças da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), Marinete Afonso de Mello, “demitida a bem do serviço público, por ter confessado o desvio de verbas do Fundo”. Em 2009, ela, o então marido, Marcelo Jorge de Mello, e uma sobrinha de ambos foram acusados de se apropriar indevidamente de mais de R\$ 2 milhões da pasta. Além da demissão, a gestão tucana argumentou que adotou “todas as medidas legais para reaver os valores desviados pela ex-servidora”.

ENTENDA O CASO

Como a AP 687 foi aberta um ano depois de o tucano se tornar governador, a continuidade do caso no STJ dependia da aprovação da licença prévia, por dois terços dos membros da AL. A exemplo do que ocorre em outros

17 Estados brasileiros, a Constituição do Paraná obriga que o trâmite passe pelo aval do Legislativo. A exigência é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adi) proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que ainda aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2011 e 2012, o STJ encaminhou dois ofícios à AL, pedindo que a Casa se manifestasse a respeito da AP. No final de setembro, sabendo que o processo fora “esquecido”, a bancada do PT cobrou um posicionamento do plenário, o que só veio a acontecer ontem. Rossoni, que dissera ter na gaveta “coisas até do ex-governador Roberto Requião (PMDB), de muito tempo”, ontem não quis comentar quantas solicitações do STJ estariam, de fato, pendentes de análise. “Sabíamos de pedidos do STJ que não vieram a plenário. Agora, eu não vou especificar e também não estou aqui para entrar em gestões de outros presidentes”. Já o líder do PT contou que deve protocolar na segunda-feira um pedido de informações à Mesa Executiva, para que todos os ofícios enviados pelo STJ sejam trazidos a público.

2 0 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Critérios seletivos

A postura de Beto Richa em torno da acusação que sofreu, quando prefeito e que o STJ deu andamento, é correta ao abrir, ele próprio (poderia fazê-lo?) o sigilo e detalhou o teor da ação para isentar-se de qualquer responsabilidade e o apuro de responsabilidades dos funcionários ordenadores da despesa bem como a documentação da devolução dos recursos ao Ministério da Saúde inclusive com correção monetária e arquivamento da demanda.

Bem: se sua defesa está assim tão bem concatenada e inquestionável por que depender ainda da tal autorização do Legislativo para que o processo seguisse seu fluxo? É verdade que existe em direito um fator depurativo nas demandas em geral chamado economia processual. Seria válido não houvesse a mediação da OAB para retirar a condicionante da licença legislativa.

Saiu-se bem, mas não é a regra de sempre. O caso tatuagem do seu governo é o do super protegido secretário Ezequias Moreira, aquele que usava a própria sogra, como fantasma no Legislativo, para nutrir sua conta bancária. Blindagem extrema foi estabelecida para evitar o julgamento na primeira instância ao atribuir-lhe função secretarial que o coloca sob foro privilegiado.

É verdade que o infrator devolveu a grana indevidamente recebida e com devida correção monetária, todavia isso não elide o fluxo processual. No caso em que se defendeu na prefeitura, que administrava, foi com toda a firmeza em cima do funcionário ordenador da despesa, o que também não se viu no episódio do ágil assessor de ontem e de hoje.

Pega mal nesse caso clássico de “Segredo de Polichinelo” a bronca da base situacionista contra o deputado Tadeu Veneri, no rigor do seu papel, por ter vazado informes da Comissão de Constituição e Justiça à imprensa, o que levou os mais radicais da subserviência em cogitar de uma representação ética de decoro parlamentar. Ora uma assembleia que consagrou a patetice, e isso com apoio em outras instituições, de isolar as comissões executivas da Casa nos processos dos diários secretos e da operação gafanhoto como se fosse crível que um executivo funcional, Abib Miguel, o Bibinho, tudo fizesse sem a assinatura e o olhar da Mesa legislativa não tem forma e nem conteúdo para tratar de questões deontológicas.

MAZZA

! Deselegante

No mínimo deselegante, a ideia do deputado Valdir Rossoni de enviar mensagem à presidente Dilma Rousseff para nomear Sergio Moro ao STF Parece coisa de dirigente de diretório estudantil. O caso gafanhoto, em suas mãos, deixaria deputados no mesmo transe dos executivos das empreiteiras.

20 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Parentesco em Tamarana

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, rejeitou a ação civil pública de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Tamarana (Região Metropolitana de Londrina) Beto Siena, ex-secretários municipais e comerciantes da cidade. Segundo a ação, proposta pelo Ministério Público (MP) do Paraná, o sigilo das licitações para compra de gêneros alimentícios teria sido frustrado porque os proprietários da Walmar Comércio de Alimentos (Waldemar Tatsuo Tajima e Waldemar Koichi Tajima) e da Comércio de Gêneros Alimentícios (Hiroshi Tajima e Roberto Hideki Tajima) são parentes próximos. São as principais empresas do ramo na cidade. Para o juiz, porém, “não há nenhum óbice legal a que empresas que tenham em seus quadros societários pessoas com parentesco entre si participem de procedimentos licitatórios”. O juiz também autorizou o desbloqueio dos bens. O MP disse que vai recorrer.

Condenação de Siena

As investigações em Tamarana começaram em 2011, quando o MP cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços residenciais, comerciais e na prefeitura. Outras ações foram apresentadas à Justiça envolvendo o ex-prefeito e assessores por supostas fraudes em licitações. Uma delas resultou na condenação de Beto Siena, em maio. Ele foi condenado à suspensão dos direitos políticos por oito anos, à multa civil de R\$ 668 mil e ao ressarcimento dos cofres do município em R\$ 2,2 milhões, prejuízo causado pela fraude em 13 licitações entre 2006 e 2011, vencidas por empresa fictícia – a MM Serviços de Terraplanagem Ltda – idealizada por Siena e ex-aliados. Os ex-secretários municipais Claudemir Catai (Finanças) e Aldo Boaretto Netto (Administração e Serviços Públicos) e os integrantes da comissão de licitação João Vitor Ruthes Dias, Saulo Ribeiro Rodrigues, Dione Cordeiro da Silva, Armando da Silva Souza, Valdecir Amador Almeron e Leonildo Lopes também foram condenados.

20 NOV 2014

FOLHA DE LONDRINA

TITO VALLE

Dia da Consciência Negra

Hoje 20 de novembro – Dia da Consciência Negra, dia de pensarmos na igualdade num país onde ela ainda precisa ser consolidada. O feriado que é comemorado em 1.044 cidades de nosso imenso país, seria a oportunidade de uma reflexão mais profunda pelo setor econômico do quanto a exclusão afeta prejudicialmente o lucro das empresas e até no crescimento do PIB da nação.

Andamos para trás quando deixamos que questões inclusivas deixem de ser levadas em conta, pois ainda carregamos as sequelas das injustiças praticadas sob o manto da legalidade, com tutela da “religião oficial”, por mais de 350 anos.

As moradias improvisadas, a ocupação dos morros e fundos de vale, os moradores de rua, a violência praticada contra crianças e adolescentes, o desamparo às mães solteiras, enfim muitas das mazelas que atingem a nossa gente decorre da injustiça praticada sob a tutela do Estado por centenas de anos. Um dia é pouco para esta reflexão, comparado aos mais de 300 de injustiça e violência.

Em Londrina tivemos a oportunidade de propor a lei e festejar Zumbi e o sonho de liberdade dos Palmares por dois anos. Agora, aguardamos a decisão do Supremo Tribunal Federal, dignificando o sonho de igualdade sonhado e almejado por tantos que anseiam por um projeto de nação para todos. Viva Zumbi dos Palmares. Viva o orgulho e a consciência de ser negro!

TITO VALLE

é advogado e ex-vereador em Londrina

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 NOV 2014

Apesar dos avanços conquistados, é notório que os negros continuam sendo vítimas de racismo, preconceito e discriminação. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, divulgada em setembro do ano de 2013, revela que 104,2 milhões de brasileiros são negros e afrodescendentes, o que corresponde a mais da metade da população do país (52,9%). A mesma pesquisa traz um número assustador: a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior que a de um jovem branco. Portanto, ser negro nesse país é ter uma chance maior de morrer em razão da cor de sua pele – o que é muito triste.

Desde 1989, após a redemocratização, novas legislações importantes foram sancionadas, nessa difícil luta contra o racismo. Surgiu o Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.228/2010, que tem o objetivo de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Também surgiu a Lei de Cotas (2012), que determina que o número de negros e indígenas de instituições de ensino seja proporcional ao do estado onde a universidade está instalada. Essas são ações afirmativas muito importantes. Outro avanço foi a Lei 11.645/2008, que estabelece a diretriz para que todas as escolas da rede oficial de ensino incluam em seus currículos a temática "História e Cultura Afrobrasileira e Indígena".

No dia 24 de setembro de 2014, a presidente Dilma Rousseff defendeu em discurso, na abertura da 69ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o combate ao racismo, à homofobia e às desigualdades entre homens e mulheres. "Ao lado do desenvolvimento sustentável e da paz, a ordem internacional que buscamos construir funda-se em valores. Entre eles, destacam-se o combate a todo tipo de discriminação e exclusão." A presidente disse que a promoção da igualdade racial no Brasil é uma forma de compensar os séculos de escravidão a que os negros foram submetidos e que a miscigenação é um orgulho para os brasileiros.

Afirmou a presidente, na mesma ocasião, que "o racismo, mais que um crime inafiançável, é uma mancha que não hesitamos em combater, punir e erradicar. O mesmo empenho que temos em combater a violência contra as mulheres e os negros, os afrobrasileiros, temos também contra a homofobia", disse a presidente, ao citar decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Portanto, mesmo com a Lei Caó e outras legislações que visam proteger os negros, elas por si só não bastam para vencer as correntes da discriminação racial no Brasil. É preciso algo mais, é preciso discutir o tema sem medo, para avançarmos na busca da igualdade entre as pessoas. Afinal "somos iguais, braços dados ou não", disse o poeta.

A escravidão se foi, deixando em algumas pessoas a ceifa do mal. Mas a luz há de superar a escuridão, como cantou o poeta negro Nelson Cavaquinho: "O sol há de brilhar mais uma vez, a luz há de chegar aos corações, do mal será queimada a semente, o amor será eterno novamente, é o juízo final, a história do bem e do mal, quero ter olhos pra ver a maldade desaparecer".

Enfim, o racismo e preconceito são o mal a ser combatido, por todos os homens de bem deste país.

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Sem feriado

A Câmara de Curitiba abriu espaço ontem para integrantes do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial falarem sobre o feriado do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), criado por lei municipal de 2013, mas que permanece suspenso na cidade por força de decisão judicial. Para o conselheiro Saul Dorval, a Associação Comercial do Paraná e o Sindicato da Indústria da Construção Civil, que recorreram contra o feriado, colocaram "o capital acima das questões relacionadas ao ser humano". A Câmara terá ponto facultativo hoje.

COLUNA DO LEITOR

Dia da Consciência Negra

No Dia da Consciência Negra precisamos, acima de tudo, ter respeito por todas as raças; afinal, não importa a roupa que Deus nos deu para passar por este mundo de todas as cores, mas o que vai no íntimo de cada um de nós. Não somos os donos da terra e a ela voltaremos em forma de pó que não tem cor.

Manoel José Rodrigues, Alvorada do Sul - PR

Dia da Consciência Negra

"Em vez de um feriado, que se façam palestras nas escolas chamando a atenção contra o preconceito. Aí, sim, está se fazendo algo pela consciência negra."

Sandra Trentin, via Facebook, sobre o Dia da Consciência Negra.

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO ENTRELINHAS

Homens agressores

O Ministério Público do Paraná e o Tribunal de Justiça do Paraná promovem no dia 28 de novembro (sexta-feira) um seminário em Curitiba para discutir "Aspectos práticos do enfrentamento à violência de gênero: o enfoque no autor de violência doméstica e familiar". Entre outros temas, serão debatidas a relação entre machismo e violência contra a mulher e a responsabilização de homens agressores. A programação começa às 9 h e vai até 18h30. Informações e inscrições: bitly.com/homensagressores

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Richa abre mão de sigilo, e deputados desautorizam investigação do STJ

Governador teria empregado de forma irregular R\$ 100 mil quando era prefeito de Curitiba. Ele enviou explicações à Assembleia

Laura Beal Bordin

Os deputados estaduais desautorizaram ontem o Superior Tribunal de Justiça (STJ) a investigar o governador Beto Richa (PSDB). Segundo o Ministério Público Federal (MPF), quando era prefeito de Curitiba o tucano teria empregado R\$ 100 mil do Fundo Nacional de Saúde em desacordo com os planos a que o dinheiro se destinava — a construção de três unidades de saúde.

Antes da sessão, Richa abriu mão do sigilo no processo que tramita no STJ e encaminhou explicações sobre o caso à Assembleia Legislativa. O governador disse que não houve irregularidades no uso da verba repassada pelo Ministério da

Saúde e que o valor do convênio foi devolvidos à União. Em nota, o tucano afirmou que a prestação de contas feita ao Ministério da Saúde foi aprovada no começo de 2009, com a baixa dos valores repassados no Sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo Federal (Siafi).

Richa afirmou ainda que ele não era responsável pelas emissões de pagamentos e despesas do Fundo Municipal de Saúde e que não pode ser responsabilizado por débitos ou créditos na conta do convênio. A funcionária responsável pelas movimentações do fundo à época, Marinete Afonso de Mello, foi demitida após confessar o desvio da verba.

O pedido para o STJ investigar Richa foi rejeitado por 40 deputados. Os votos contrários foram dos deputados Elton Welter, Luciana Rafagnin, Péricles de Mello, Enio Verri e Tadeu Veneri, todos do PT. O deputado Toninho Wandscheer, também do PT, se absteve. A sessão aconteceu de forma secreta, por decisão dos deputados, já que o processo segue em segredo de Justiça.

REPERCUSSÃO

Oposição questiona votação secreta

O líder do PT na Assembleia Legislativa, deputado Tadeu Veneri, questionou o fato de a votação de ontem, em que o governador Beto Richa (PSDB) se livrou de ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ser secreta. "Me parece surreal que a sessão fosse secreta se o próprio governador enviou o teor do processo aos deputados à imprensa", disse. "Se não houve dolo ou má-fé, como demonstrou o governador, seria mais fácil levar o processo adiante. A votação só mostra que, quando mexemos com temas delicados, levantam-se gigantes barreiras para a discussão".

Para o deputado Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia, não há razão para a investigação. "As explicações já foram dadas. O processo se tornaria político", disse Traiano, autor da resolução aprovada ontem. "O governador não pode ser julgado enquanto estiver no cargo. Depois, se o Tribunal vai arquivar ou não o processo é decisão deles".

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Justiça manda Urbs pagar as empresas

Para juiz que concedeu liminar, não há justificativa para o órgão gestor do transporte atrasar pagamento, feito a cada dois dias. Urbs recorreu da decisão

Fernanda Trisotto

O sindicato das empresas que operam o transporte coletivo em Curitiba, o Setransp, obteve uma liminar na Justiça que determina que a Urbs faça o pagamento de todos os repasses atrasados num prazo de cinco dias, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

A Urbs, que admite que há atraso no pagamento, recorreu da decisão. O órgão gestor do sistema argumenta que, em que pese a falha no cronograma, tem trabalhado para zerar a 'dívida' causada pelos atrasos.

O despacho do juiz Fernando Andreoni Vasconcelos tem como base o próprio contrato, que determina que os repasses de bilhetagem eletrônica e subsídio sejam feitos a cada dois dias. De acordo com o Setransp, a dívida que motivou a ação judicial era de R\$ 9,6 milhões, correspondente a seis dias de operação.

"A ação foi tomada devido ao temor de que haja paralisação do sistema de transporte — e consequente prejuízo para a comunidade — pela falta de recursos para operá-lo.

Uma das preocupações dos empresários é o adiantamento e a primeira parcela do 13.º salário, que devem ser pagos hoje e no dia 30 deste mês, respectivamente", informou o sindicato.

A Urbs rebate as acusações do sindicato. Segundo o órgão gestor do transporte, em 2014 as empresas já receberam cerca de R\$ 800 milhões em repasses. Desse montante, R\$ 90 milhões seria lucro. Por sua vez, o Setransp alega que opera com prejuízo há anos, o que poderia ser aferido em seus demonstrativos e balanços.

O município contesta e afirma que desde janeiro as empresas já receberam — adiantados — cerca de R\$ 16 milhões para pagamento do 13.º salário dos seus trabalhadores. Outros R\$ 30 milhões foram repassados para o pagamento de impostos exclusivos, com o imposto de renda.

Impostos

Ontem, o blog Caixa Zero mostrou que as 11 empresas que integram os consórcios da Rede Integrada de Transporte (RIT) — mais uma, que não faz mais parte do grupo — foram autuadas a ressarcir os cofres de Curitiba em R\$ 8,1 milhões por sonegação de ISS (Imposto Sobre Serviços). Segundo a secretária de Finanças, Eleonora Fruet, duas delas acataram a decisão e estão pagando parceladamente os valores devidos. As outras 10 entraram com recurso administrativo na prefeitura questionando a dívida.

Tabela errada

O Setransp rechaça a acusação de sonegação. Segundo o sindicato, a fiscalização da prefeitura teria errado a base de cálculo de ISS, utilizando uma tabela distinta daquela que é usada pela Urbs. "Não houve qualquer benefício às empresas, que recebem da Urbs diretamente o valor líquido da remuneração", informou o sindicato em nota.

CONTINUA

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ATRASOS

Desde agosto, a Urbs tem atrasado de forma recorrente repasses de valores devidos às empresas de ônibus de Curitiba pela prestação dos serviços. Um dos fatores é a indefinição de datas para repasse dos subsídios estadual e municipal. A Urbs alega apenas que falta dinheiro. Os pagamentos ocorrem sempre dois dias depois da operação, como prevê o artigo 23 do decreto 1649/2009. Antes, esses repasses ocorriam até 10 dias após a prestação do serviço. A mudança ocorreu para garantir o equilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão.

PLENÁRIA

A Secretaria de Assuntos Metropolitanos convocou uma plenária com representantes da prefeitura de Curitiba, do governo do estado e dos 13 municípios que compõem a Rede Integrada de Transportes (RIT) para discutir o futuro da rede e a renovação do convênio de gerenciamento do sistema. Organizações da sociedade civil e representantes de municípios que queiram ingressar na RIT também foram convidados para o encontro, hoje, na Sociedade Morgenau.

PROTESTO

O ato contra o aumento da tarifa do transporte coletivo de Curitiba e região reuniu 80 manifestantes ontem. Eles marcharam da Boca Maldita à Praça Santos Andrade. A Frente de Luta pelo Transporte de Curitiba, que reúne movimentos sociais que buscam a redução no preço da passagem, admite a baixa adesão e ainda não sabe informar data para um novo ato.

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Cai número de mortes no trânsito no PR

Redução dos homicídios culposos no trânsito foi de 21,2% entre o terceiro trimestre de 2007 e o mesmo período de 2014

Rodrigo Batista

O Paraná registrou em 2014 o terceiro trimestre menos violento desde 2007 nas ruas, avenidas e rodovias do estado, segundo dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Comparando-se o período entre os meses de julho a setembro deste ano com o terceiro trimestre de 2007, o número de homicídios culposos no trânsito baixou de 532 para 419 mortes — uma redução de 21,2%.

Em números absolutos, a queda foi mais acentuada em Curitiba, com redução de 58,2% nas mortes: foram 91 no terceiro trimestre de 2007 contra 38 neste ano. Os municípios da região metropolitana também apresentam uma pequena queda, de 2%, no comparativo. Porém, entre 2013 e este ano houve aumento de 242,8%, quando o número de homicídios culposos no trânsito saltou de 14 para 48, praticamente o mesmo patamar de 2007, quando houve 49 pessoas perderam a vida.

FROTA

O delegado Vinícius Carvalho, da Dedetran, diz que o aumento na frota de veículos no estado contribui para a queda de mortes no trânsito. A frota estadual cresceu 63,8% entre setembro de 2007 e setembro de 2014, segundo o Detran-PR. O aumento também foi observado em Curitiba (36,6%), que tem a maior frota do estado (1.390.009 veículos, sendo quase 1 milhão de automóveis). “Com um número enorme de veículos nas cidades a velocidade tende a diminuir. Nas vias rápidas, por exemplo, os motoristas não conseguem mais desenvolver alta velocidade. Quando um semáforo abre, já há uma fila de carros em frente.”

Em geral, segundo o delegado da Delegacia de Delitos de Trânsito de Curitiba (Dedetran), Vinícius Augustus de Carvalho, há um conjunto de fatores que possibilitaram a redução das mortes, como o investimento em educação no trânsito, o aumento da fiscalização, o endurecimento na legislação e até o aumento da frota de veículos nos grandes centros urbanos. “Se não tivéssemos nenhum caso estaríamos satisfeitos, mas ainda há o que melhorar”, diz.

Na opinião de Carvalho, a educação e a fiscalização no trânsito ainda precisam ser intensificadas. Ele lembra que em horários em que o fluxo de veículos é baixo, há mais chance de os motoristas abusarem de velocidade e, como consequência, ocorrer um acidente fatal.

O tenente do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) da Polícia Militar Ismael Veiga explica que a corporação tenta intensificar o policiamento com blitzes em todo o Paraná. “Em Curitiba, além dessas operações nos fins de semana são montados esquemas perto de bares e restaurantes, em que comumente há pessoas que fazem uso de álcool”, comenta. Para o tenente, além da fiscalização é preciso que os motoristas se conscientizem dos riscos de dirigir embriagado.

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Defesa diz que consultório de dentista não servia ao tráfico

Diego Ribeiro

O advogado de defesa da dentista suspeita de tráfico, Alexandre Loper, afirmou que o consultório de Marina Stresser de Oliveira, 26 anos, nunca foi usado como ponto de venda de drogas. Marina foi presa em flagrante com armas e drogas ao lado de Ronaldo de Souza Araújo, 25, no Xaxim, em Curitiba, perto do consultório onde trabalhava.

Loper ressaltou ainda que o cotidiano de Marina no trabalho e na vida social são aspectos que ajudarão a comprovar que ela não é traficante de drogas e jamais usou o consultório como ponto de venda. "A renda, o patrimônio e o estilo de vida dela são totalmente compatíveis com o trabalho dela."

O advogado informou que iria pedir acesso ao inquérito policial da Divisão de Narcóticos ainda na tarde de ontem. Depois disso, ele deve pedir um habeas corpus.

Marina e Ronaldo foram presos em flagrante pela polícia, mas no mesmo dia da prisão, a Justiça transformou a prisão em flagrante em preventiva, um procedimento habitual. No decreto de prisão preventiva, o juiz substituto Fernando Fischer relata que Marina e Ronaldo foram abordados na saída do consultório e se dirigiam a um veículo.

Ao vistoriar o carro, os policiais acharam uma espingarda calibre 12 e uma pistola 9 mm. No consultório foram encontrados 30 munições calibre 7.65, de uso restrito, e uma fatura de água com um endereço no Campo de Santana. Lá, os agentes acharam quatro munições calibre 38 e uma balança de precisão, além de 13,5 kg de maconha. Na casa de Marina havia 1,3 kg de crack e 2 kg de maconha.

20 NOV 2014

GAZETA DO POVO

Brasil pede extradição de Pizzolato

O Brasil apresentou ontem um recurso à Justiça italiana pedindo que seja revista a decisão da Corte de Bolonha de não extraditar o ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado por envolvimento no mensalão. O Ministério Público (MP) da Itália também recorreu da decisão por acreditar que ele precisa cumprir sua pena no Brasil.

O tribunal de Bolonha tomou a decisão de não extraditar Pizzolato porque a defesa do ex-diretor do Banco do Brasil utilizou relatórios da ONU e da Anistia Internacional relatando a situação do sistema prisional do Brasil, que não seria seguro.

No recurso, a promotoria da Itália indicou que não se pode generalizar as situações das prisões do Brasil e que outros condenados no caso do mensalão tiveram a segurança garantida no Complexo da Papuda, no Distrito Federal. Pizzolato foi condenado a 12 anos de prisão no processo do mensalão. Ele fugiu para a Itália em outubro de 2013, usando documento falso.

NOTA POLÍTICA

Marcha para Jesus

O Ministério Público do Paraná recomendou que o município de Curitiba pare de repassar recursos públicos para a Marcha para Jesus, evento que ocorre anualmente na cidade no mês de maio. Desde 2005, o evento, que está em sua 23ª edição, é parte integrante do calendário oficial da cidade. No ano passado, de acordo com informações da bancada evangélica da Câmara de Curitiba, o evento recebeu R\$ 115 mil por meio de emendas dos vereadores ao orçamento. O dinheiro passa pelos cofres da Fundação Cultural de Curitiba antes de chegar aos organizadores do evento. Os vereadores da bancada evangélica afirmam que, embora respeitem a decisão do promotor, vão contestá-la judicialmente.

COLUNA DO LEITOR

Juiz

Sobre o editorial "Juizes, deuses e a perda da noção do óbvio" (*Gazeta*, 16/11), tenho certeza de que casos como o do juiz João Carlos de Souza Correa são corriqueiros. De fato, a questão que salta aos olhos é "que tipo de mentalidade está por detrás de atitudes como essas?" Ouso afirmar que é a mesma mentalidade que acha normal pagar salários absurdos aos políticos que nos representam nos poderes constituídos e, mais que isso, recebem aposentadorias igualmente absurdas após cumprirem apenas um mandato.

Jacó Alberto Fröhlich, professor

20 NOV 2014

TRIBUNA DO PARANÁ FERIADO SÓ NA CÂMARA

Em Curitiba,
Consciência
Negra continua
sendo um
dia como
outro qualquer

O Dia da Consciência Negra e da Igualdade Racial, comemorado hoje em todo o Brasil, em Curitiba será mais uma vez marcado pelo debate sobre se a data deve ou não ser celebrada com um feriado municipal. Por enquanto, o dia 20 de novembro continua sendo um dia de trabalho normal na capital paranaense, apesar de o feriado já ter sido aprovado pela Câmara Municipal. Uma liminar obtida pela Associação Comercial do Paraná (ACP) e pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu a folga.

O Dia da Consciência Negra lembra a morte de Zumbi dos Palmares - líder quilombola assassinado pelo governo colonial português em 1695 e que virou símbolo da luta pela liberdade. Dos 5.570 municípios do país, 1.047 adotaram a data como feriado, o que corresponde a 18,8%, segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Em Curitiba, a lei que instituiu o feriado foi aprovada pela Câmara no ano passado. Mas a ACP e o Sinduscon-PR foram à Justiça contra a medida. As entidades alegam que o feriado gera prejuízo econômico. Para

representantes do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial (Comper), que estiveram ontem na Câmara, a iniciativa revela o racismo ainda presente na sociedade curitibana.

Em novembro de 2013, a Câmara pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubada da decisão, mas o pedido foi negado pelo ministro Gilmar Mendes. O processo continua no Supremo.

Por enquanto, o feriado só está em vigor na própria Câmara, que declarou ponto facultativo.

FESTA

A Festa do Rosário, no Largo da Ordem, será o principal evento do Dia da Consciência Negra em Curitiba. Começa às 9h e segue até as 22h, com barracas de comidas típicas da gastronomia africana, oficinas de tranças afro, dança e músicas típicas.

20 NOV 2014
JORNAL DO ÔNIBUS

Deputados rejeitam licença para processar Richa

Os deputados estaduais rejeitaram em duas sessões, nesta quarta-feira (19), o pedido de autorização do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que o governador Beto Richa (PSDB) respondesse a uma denúncia do Ministério Público Federal (MPF) sobre suposto desvio de finalidade de recursos públicos. As sessões foram secretas porque o processo tinha sigilo. A apreciação do pedido ocorreu mais de dois anos após a che-

gada à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep).

De acordo com a denúncia, houve desvio de finalidade de R\$ 100 mil referentes ao Fundo Nacional de Saúde quando Richa ainda era prefeito de Curitiba, em 2006. Richa negou qualquer irregularidade e afirmou que o recurso foi desviado por uma servidora, que, inclusive, de acordo com a nota divulgada em nome do governador, foi demitida por ter confessado o desvio das verbas. ■

Notas políticas

Policial afastado

O juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, determinou nesta quarta-feira (19) que o agente da Polícia Federal Jayme Alves de Oliveira Filho, preso na sétima fase da operação, seja afastado de sua função no órgão. O agente foi liberado da prisão temporária na noite de terça (18).

Sem feriado

A Câmara de Vereadores abriu espaço, na sessão desta quarta-feira (19), para que integrantes do Conselho Municipal de Política Étnico-Racial (COMPER) se manifestassem sobre o feriado do Dia da Consciência Negra, criado pela lei municipal, e que permanece suspenso em Curitiba por força de decisão judicial. O presidente da Câmara Municipal, Paulo Salamuni (PV), que promulgou a lei, e o vereador Mestre Pop (PSC), também membro do COMPER, lamentaram a não realização do feriado.

20 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

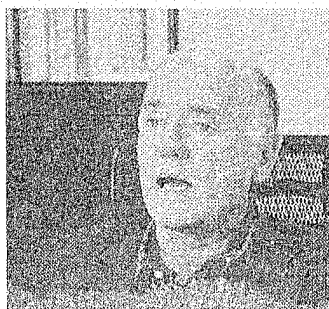
OPINIÃO DE VALOR

AUXÍLIO MORADIA

DAVY LINCOLN ROCHA, Procurador da República, Joinville-SC

Brasil, um país onde não apenas o Rei Está nu. Todos os Poderes e Instituições estão nus, e o pior é que todos perderam a vergonha de andarem nus. E nós, o Procuradores da República, e eles, os Magistrados, teremos o vergonhoso privilégio de recebermos R\$4.300,00 reais de "auxílio moradia", num país onde a Constituição Federal determina que o salário mínimo deva ser suficiente para uma vida digna, incluindo alimentação, transporte, MORADIA, e até LAZER.

A Partir de agora, no serviço público, nós, Procuradores da República dos Procuradores, e eles, os Magistrados, teremos a exclusividade de poder conjugar nas primeiras pessoas o verbo MORAR. Fica combinado que, doravante, o resto da choldra do funcionalismo não vai mais "morar". Eles irão apenas se "esconder" em algum buraco, pois morar passou a ser privilégio de uma casta superior. Tomara que



Davy Lincoln Rocha

Deus não exista...

Penso como seria complicado, depois de minha morte (e mesmo eu sendo um ser superior, um Procurador da República, estou certo que a morte virá para todos), ter que explicar a Deus que esse vergonhoso auxílio moradia era justo e moral. Como seria difícil tentar convencê-Lo (a ele, Deus) que eu, DEFENSOR da Constituição e das Leis, guardião do princípio da igualdade e baluarte da moralidade, como é que eu, vestal do templo

da Justiça, cheguei a tal ponto, a esse ponto de me deliciar nesse deslavado jabá chamado auxílio moradia.

Tomara, mas tomara mesmo que Deus não exista, porque Ele sabe que eu tenho casa própria, como de resto têm quase todos os Procuradores e Magistrados e que, no fundo de nossas consciências, todos nós sabemos, e muito bem, o que estamos prestes a fazer.

Mas, pensando bem, o Inferno não haverá de ser assim tão desagradável com dizem, pois lá, estarei na agradável companhia de meus amigos Procuradores, Promotores e Magistrados. Poderemos passar a eternidade debatendo intrincadas teses jurídicas sobre igualdade, fraternidade, justiça, moralidade e quejandos. Como dizia Nelson Rodrigues, toda nudez será castigada!

FONTE: blogdofred.blogfolha.uol.com.br/2014/10/09/auxilio-moradia-um-deslavado-jaba/

20 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mantida decisão que impede implantação de shopping em Cascavel (PR)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que, liminarmente, suspendeu a implantação do Catuaí Shopping Cascavel por causa de ameaças ambientais. A decisão da Segunda Turma foi unânime.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública para invalidar as licenças conce-

didadas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e o alvará de construção expedido pelo município de Cascavel porque o estabelecimento está situado em área de preservação e interesse ambiental.

O MPF alega que, segundo o Plano Diretor da Cidade de Cascavel (Lei Complementar Municipal 28/09) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 2.589/96, vigente à época), a área insere-se em três

classificações de extrema importância: fundo de vale, bacia de abastecimento hidrográfico e zona de especial interesse ambiental.

Nessas áreas seriam permitidos apenas projetos ambientais e de lazer, tais como projetos de recuperação da macrozona de fragilidade ambiental ocupada, construção de parques lineares e aquisição e tratamento de áreas para convívio e lazer.

TST – Cuidadora dispensada por usar violência com idoso não tem direito a férias proporcionais

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu Danubia Ghiggi da Silva & Cia Ltda. – ME de pagar férias proporcionais mais um terço constitucional a uma cuidadora demitida por justa causa por agir com “excesso de violência” ao tratar de idoso hospedado no estabelecimento. A decisão reformou acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), que havia julgado procedente o pedido.

De acordo com o Regional,

o trabalhador tem direito ao pagamento proporcional ao período não usufruído qualquer que seja a forma de extinção do contrato de trabalho, porque a finalidade das férias é a recomposição física e biológica do empregado. Com base no inciso XVII do artigo 7º da Constituição da República e no artigo 11 da Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho (ratificada pelo Brasil por meio do Decreto 3.197/99), o TRT esclareceu que essa norma

é mais favorável ao empregado despedido por justa causa do que aquela prevista no parágrafo único do artigo 146 da CLT.

A empregadora recorreu contra a decisão regional. Ao examinar o processo, o desembargador convocado João Pedro Silvestrin, relator, destacou que o TST já pacificou o entendimento, com a Súmula 171, de que a dispensa por justa causa não possibilita o pagamento de férias proporcionais. Com isso, absolveu a empregadora da condenação.

TST – Correios e empregados fazem acordo no Tribunal Superior do Trabalho que encerra greve

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e representantes de empregados chegam a acordo no Tribunal Superior do Trabalho quanto ao pagamento da parcela Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) referente a 2013, 2014 e 2015. Com o acordo, chega ao fim, a partir da sexta-feira (22), a greve da categoria em estados como São Paulo e Rio Grande do Norte.

A audiência de mediação ocorreu nesta quarta-feira (19) e foi conduzida pelo vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho. Pelo acordo, a empresa se comprometeu a não descontar os dias parados em decorrência da greve. Esses dias serão compensados no prazo máximo de 90 dias, com a prestação de duas horas diárias. A ECT se comprometeu ainda a desistir

de uma ação cautelar ajuizada no TST contra a greve.

O acordo foi assinado pela Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect) e pelos sindicatos filiados a ela. Alguns sindicatos informaram que não assinariam o documento naquele momento por que ainda dependiam de autorização da categoria em assembleias regionais.

20 NOV 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Câmara Municipal aprova moção de apoio ao trabalho do juiz Sérgio Moro

Franciele Lima

O juiz federal Sérgio Moro é o responsável pelas deliberações da Operação Lava Jato, o esquema de lavagem de dinheiro, em que estão envolvidos o doleiro paranaense Alberto Youssef e o ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. A série de escândalos, denúncias e suspeitas de desvio de dinheiro da Petrobras tem tomado conta dos noticiários. A cada novo depoimento, uma nova informação é divulgada e choca ainda mais os brasileiros.

Com as investigações concentradas em Curitiba, cada fato novo repercute como uma bomba no caso. O trabalho do juiz federal Sérgio Moro, que sempre atuou na cidade, está na mira dos acusados do chamado "Petrolão" (nome dado ao caso, em alusão ao famoso mensalão), já foi vítima de vários ataques, vindos da equipe de defesa do caso, que tinham como objetivo tirar a credibilidade do seu trabalho para julgar esse escândalo. Moro é titular da vara federal especializada em lavagem de dinheiro e crime organizado de Curitiba, e já atuou como auxiliar do STF, em 2012.

Diante do sério trabalho que Moro está desempenhando nessas investigações, o vereador Chico do Uberaba (PMN) encaminhou na Câmara de Vereadores de Curitiba um pedido de moção de apoio e solidariedade ao juiz que está comandando as investigações do escândalo da Petrobras. O pedido foi prontamente atendido. Nesta quarta, Chico fez uso da palavra

no plenário da Câmara, para se manifestar sobre o escândalo da Petrobras, o que considerou uma vergonha para o país. "É inadmissível um caso de corrupção como este, escancarado na mídia, mas sem o afastamento dos acusados. O Dr. Sérgio Moro merece nosso respeito, pois está trabalhando arduamente para trazer à tona esse esquema de lavagem de dinheiro. Qualquer ato contra seu trabalho deve ser repudiado e visa apenas desviar o foco da atenção do povo para o que realmente merece atenção, que é esse escândalo", declarou o vereador.

STJ DEVE DECIDIR REGULAMENTAÇÃO DE PEDIDOS DE VISTA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve decidir em dezembro se regulamenta o prazo para o pedido de vista de seus ministros. A matéria chegou a ser pautada durante a sessão de ontem (19 do pleno do tribunal, mas um pedido de vista levou a decisão para o dia 17 de dezembro, praticamente na última sessão do ano, uma vez que o STJ entra em recesso no dia 20.

20 NOV 2014

BEMPARANÁ

Retorno

O Tribunal de Justiça determinou o retorno de Claudiomiro da Costa Dutra ao cargo de Prefeito do Município de São Miguel do Iguaçu. O prefeito havia sido afastado do cargo por decisão liminar proferida no dia 6 de novembro, pela juíza Fernanda Batista Dornelles, da Vara da Fazenda Pública de Medianeira, em ação cautelar preparatória de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público. A decisão também havia determinado que Claudiomiro permanecesse no mínimo a 100 metros de distância de qualquer repartição pública. O mesmo prefeito já havia sido afastado em meados de outubro em outra ação de improbidade que discute o pagamento de duas cirurgias bariátricas, pelo fato de terem sido realizadas por videolaparoscopia, procedimento este não previsto no rol de procedimentos do SUS dentre as gastroplastias.

Nepotismo cruzado

O Ministério Público Estadual (MPE) recomendou à prefeitura de Cianorte (região Noroeste) que demita parentes de vereadores do município contratados em cargos de comissão pelo Poder Executivo. O MPE deu prazo de dois meses para a regularização da situação, que é considerada como nepotismo cruzado. Segundo a investigação, a mulher do vereador Sérgio Mendes (PR) ocupa cargo comissionado na Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto a esposa e o pai do presidente da Câmara, Adailson da Costa (PROS), estão lotados no Banco Social e na Secretaria Municipal de Esportes, respectivamente.

Improbidade

A prefeitura alegou que vai analisar a medida, mas argumentou que o pai do presidente da Câmara trabalha na prefeitura há 30 anos dando aulas em uma escolinha de futebol do município. Segundo o Executivo, nesse tempo, ele trabalhou com diversos prefeitos. Segundo o MP, caso a prefeitura não cumpra a recomendação, pode ser alvo de um processo por improbidade administrativa.

Racismo

Denúncias ficarão mais fáceis no PR

Quem deseja registrar casos de racismo ou de injúria racial, em breve, tende a enfrentar menos dificuldades no Paraná. O motivo é a expedição de notas, pelos comandos das polícias Militar e Civil do Estado, com orientações aos policiais sobre como agir diante de possíveis situações desta natureza. Atentar às recomendações do Ministério Público do Paraná — expostas num material gráfico, com o passo-a-passo para quem denunciar casos de discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião ou origem — é uma das instruções do documento.

Detalhes das orientações repassadas aos policiais serão apresentados hoje, Dia Nacional da Consciência Negra, durante o seminário "Igualdade racial: comunidades quilombolas e racismo institucional".

20 NOV 2014

BEMPARANÁ

Sessão secreta

Processo contra Richa é rejeitado

A Assembleia Legislativa rejeitou ontem, por 40 votos a cinco, pedido do Superior Tribunal de Justiça para abrir processo contra o governador Beto Richa (PSDB), por suposto desvio de finalidade no uso de uma verba de R\$ 100 mil do Fundo Nacional de Saúde (FNS), quando ele era prefeito de Curitiba, em 2006. A votação aconteceu em sessão secreta, sob a alegação de que o processo corre em segredo de justiça.

Pouco antes da sessão, o próprio governador, porém, abriu mão do sigilo e explicou o teor da ação, em nota divulgada à imprensa e enviada ao Legislativo. Segundo Richa, o segredo de justiça no processo foi decretado a partir de um pedido do Ministério Público, sem qualquer manifestação dele sobre a sua necessidade ou justificativa.

A ação trata de suposto desvio de finalidade na aplicação de uma verba de R\$ 100 mil, repassados pelo Ministério da Saúde à Prefeitura de Curitiba, em 2006, para a reforma de três unidades de saúde. De acordo com o tucano, o convênio para o repasse dos recursos foi assinado em 31 de dezembro de 2005, com validade de um ano e contrapartida da Prefeitura no valor de R\$ 10 mil. Antes de iniciar as reformas, a Prefeitura teria concluído que havia a necessidade também de ampliação das unidades de saúde e decidiu realizar as obras com

recursos próprios, dispensando a ajuda do Ministério da Saúde.

Nas explicações encaminhadas à Assembleia, o governador informa que "não houve irregularidade na utilização de verba repassada pelo Ministério da Saúde". E que "os valores conveniados foram integralmente restituídos à União Federal com os devidos acréscimos legais".

Ainda segundo o governador, a prestação de contas feita ao Ministério da Saúde foi aprovada em 9 de janeiro de 2009, que "determinou o arquivamento do processo após a baixa contábil dos valores no Siafi (o Sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo Federal)". Richa ainda informa que não era o ordenador de despesas do Fundo Municipal de Saúde e que por isso não pode ser responsabilizado. A responsável pelas movimentações no fundo seria "a funcionária Marinete Afonso de Mello, que foi demitida a bem do serviço público, por ter confessado o desvio", diz a nota.

18 NOV 2014

CNJ

CNJ estabelece continuidade de concursos para cartórios do Paraná

Por unanimidade, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu permitir a continuidade do concurso para provimento dos 503 cartórios do estado do Paraná. O certame, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), foi questionado em dois pedidos de providências (PPs) e seis Procedimentos de Controle Administrativo (PCAs) propostos no CNJ, que abordavam, entre outros aspectos, a fiscalização realizada durante a prova e o mérito de algumas questões do exame. Durante a 199ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada nesta terça-feira (18/11), os conselheiros negaram provimento a todos os processos, determinando, dessa forma, a continuidade do concurso.

O certame foi suspenso pelo CNJ em 2012 e reaberto em outubro de 2013, após decisão da conselheira ministra Maria Cristina Peduzzi, nos moldes da Resolução CNJ n. 81. Os dois PPs analisados nesta terça-feira questionavam algumas questões da prova, mas não foram conhecidos pelo relator, o conselheiro Flávio Sirangelo, que considerou que as questões estavam em conformidade com o edital do concurso.

Já os seis PCAs questionavam, de acordo com o advogado Murilo Godoy, possíveis irregularidades na realização da prova em relação à fiscalização de materiais considerados proibidos e em relação a uma questão específica que exigia o preenchimento de um recibo notarial cujo modelo, segundo o advogado, já havia sido revogado pelo tribunal.

Ao negar provimento a todos os PCAs, o conselheiro Flávio Sirangelo considerou que o material para consulta foi fiscalizado previamente e durante a realização da prova, e que as providências para impedir o uso de material proibido foram tomadas. “Está ausente qualquer prova de quebra de sigilo ou de vazamento do conteúdo das questões”, disse o conselheiro. De acordo com ele, não cabe ao CNJ analisar o mérito das questões formuladas. Além disso, o conselheiro procurou demonstrar que não procede a alegação de que o conteúdo das questões favoreceria pessoas que trabalham nos cartórios locais, já que apenas 116 dos 462 classificados para a etapa oral das provas residem no Estado do Paraná.